

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Mirandela**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 69.153.270 euros e um total de Fundos Próprios de 20.403.558 euros, incluindo um resultado líquido de 421.336 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 27.915.617 euros de despesas paga e um total de 28.582.152 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos, excepto quanto às limitações descritas no parágrafo n.º 6 abaixo, foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral@pkf.pt | www.pkf.pt
Praça Duque de Saldanha - n.º 1, 4º Piso, H e O | 1050 – 094 | Lisboa | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683
Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

A PKF & Associados – SROC, Lda. é membro da PKF International, uma rede de entidades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Reservas

6. No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:
- i) O processo de inventariação dos bens imóveis do Município não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que este processo não contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente, com os dados da Conservatória do Registo Predial. Deste modo, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público” e “Imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de Dezembro de 2013 totalizam 60.055.918 euros e, consequentemente, sobre o montante de 1.120.503 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração dos resultados.
 - ii) A análise à rubrica de “Investimentos Financeiros” foi efectuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2013 ascende a 3.782.403 euros. Adicionalmente, de acordo com o que pudemos apurar, as referidas participações encontram-se relevadas pelo seu custo de aquisição (valor histórico). Por não se encontrarem disponíveis as demonstrações financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o impacto da não adopção do Método da Equivalência Patrimonial nas contas do Município com referência a 31 de Dezembro de 2013.
 - iii) A rubrica de “Proveitos diferidos” é composta essencialmente pelos valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens comparticipados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2013, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
7. No decurso do trabalho efectuado, identificámos responsabilidades que não se encontram evidenciadas no Balanço do Município a 31 de Dezembro de 2013, relacionadas com (i) a subavaliação do montante de acréscimo de custos com a aquisição de água à ATMAD e com (ii) as transferências extraordinárias deliberadas pelo Executivo para instituições particulares. Deste modo considerámos que o Passivo se apresenta subavaliado em cerca de 1.410.611 euros, por contrapartida da sobreavaliação da rubrica de “Fundos Próprios”.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 6, e quanto ao impacto da situação mencionada no parágrafo n.º 7, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Mirandela** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, gostaríamos de chamar a atenção para as seguintes situações:
- i) Em matéria de endividamento, de acordo com artigo 98º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), verificámos que o endividamento do Município em 31 de Dezembro de 2013 excede o limite legalmente permitido nos seguintes montantes:
 - a. O endividamento líquido do Município ascende a 20.586.209 euros, excedendo em 5.437.122 euros (35,89%) o limite legalmente permitido, o qual se situa em 15.149.087 euros;
 - b. O endividamento de médio e longo prazo do Município ascende a 16.411.414 euros, excedendo em 4.292.145 euros (35,42%) o limite legalmente permitido, o qual se situa em 12.119.726 euros;
 - ii) No decurso do exercício em análise, o Município procedeu ao registo contabilístico relativo à inventariação do edifício sede dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela na directamente na rubrica de Fundos Próprios pelo seu valor patrimonial, que ascende a 332.360 euros.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de Abril de 2014



PKF & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)